

RECEBI O ORIGINAL

Em: 19/12/2024

Renato Gomes



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO



## OUTORGA DE USO DE RECURSO HÍDRICO Nº 358/2024

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei estadual nº 3.167 de 27 de agosto de 2007, o Decreto estadual nº. 28.678 de 16 de junho de 2009, regulamentada pela portaria normativa SEMA/IPAAM nº 12 de 20 janeiro 2017, concede a outorga de direito de uso de recurso hídrico a:

**INTERESSADO: Samel Serviços de Assistência Médico Hospitalar Ltda.**

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:** Avenida Joaquim Nabuco, nº 1755, Centro, Manaus-AM.

**CNPJ/CPF:** [REDACTED].159.778/[REDACTED]

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**FONE:** (91) [REDACTED]11-02[REDACTED]

**PROCESSO No:** 2129/2019

**E-MAIL:** [REDACTED]@com.br

**ATIVIDADE:** Lançamento de Efluentes.

### CONDIÇÕES DE USO E INTERVENÇÃO

**LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:** Avenida Joaquim Nabuco, nº 1755, Centro, nas coordenadas geográficas 03°07'36,096"S e 60°01'10,11"W, Manaus-AM.

**BACIA HIDROGRÁFICA/CORPO RECEPTOR:** Bacia do Educandos/Rede de drenagem

**CARGA DE DBO (ETED):** 93,75%

**FINALIDADE:** Tratamento de Efluente Domésticos

**VAZÃO DE LANÇAMENTO:** 0,71 m<sup>3</sup>/hora.

**PERÍODO DE BOMBEAMENTO:** 24 horas/dia; 31 dias/mês; 12 meses/ano.

**PRAZO DE VALIDADE DESTA OUTORGA:** 05 ANO

### Atenção:

- A outorga de direito de uso de recursos hídricos é o ato administrativo mediante o qual o poder público outorgante (União, estado ou Distrito Federal) faculta ao outorgado (requerente) o direito de uso dos recursos hídricos, por tempo determinado.
- Este ato administrativo contém em seu 10 obrigações do outorgado.
- A outorga de direito de uso de recursos hídricos não substitui o licenciamento ambiental da atividade.
- A cobrança pelo uso de recursos hídricos será realizada após a fixação de valores de acordo com Art. 25 da lei estadual 3.167 de 27/08/2007 com base no Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Manaus-AM,

19 DEZ 2024

Maria Luziene da Silva Alves  
Diretora Técnica, em exercício

Rosa Mariette Oliveira Geissler  
Diretora Presidente, em exercício

## OBRIGAÇÕES DO OUTORGADO Nº 358/2024

1. A outorga entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado ficando a publicação sob a responsabilidade do outorgado, devendo a cópia ser encaminhado a este IPAAM.
2. Esta outorga está sendo concedida com base nas informações que constam no **processo nº 2129/2019**
3. As condições de outorga avençadas neste ato poderão ser alteradas ou suspensas, sem que caiba indenização a qualquer título, além das situações previstas na legislação pertinente.
4. Qualquer ampliação reforma ou modificação que alterem as condições outorgadas de forma permanente ou temporária, deverá ser objeto de outro requerimento, a sujeitar-se aos mesmos procedimentos que deram origem a este documento.
5. O outorgado responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer do recurso hídrico outorgado.
6. A outorga de uso de recursos hídricos não dispensa nem substitui a obtenção pelo outorgado de certidões, alvarás ou licenças de quaisquer naturezas, exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.
7. O outorgado deverá apresentar requerimento junto à autoridade outorgante com antecedência de 120 (cento vinte) dias do término da validade da outorga, para a renovação da mesma.
8. Enquanto não estiverem definidos os parâmetros de classificações e os enquadramentos de corpos de água de domínio estadual, utilizar-se-á, subsidiariamente o disposto nas seguintes resoluções CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 e CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011.
9. O interessado deve apresentar **semestralmente** as análises físico-químicas e bacteriológicas do efluente (CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011), coletadas na entrada e saída das ETE's, realizadas por laboratório cadastrado neste IPAAM e ART do profissional habilitado.
10. Apresentar a este IPAAM, no prazo de 60 dias, documento de autorização do ente público municipal, responsável pelo sistema de drenagem de águas pluviais para autorizar o lançamento de efluente em rede de drenagem.